

V SEMANA DO CONHECIMENTO

**CONSTRUINDO CONHECIMENTOS
PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES**

1 A 5 DE OUTUBRO DE 2018



Marque a opção do tipo de trabalho que está inscrevendo:

Resumo

Relato de Caso

TEMPOS DIFÍCEIS PARA A JUVENTUDE: a incerteza da inclusão social

AUTOR PRINCIPAL: Anacleto Zanella

CO-AUTORES:

ORIENTADOR: João Carlos Tedesco

UNIVERSIDADE: Universidade de Passo Fundo (UPF)

INTRODUÇÃO

A partir de pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelos Tribunais de Contas Estaduais, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), apresento constatações que comprovam que os jovens (na faixa etária entre 15 e 29 anos) não possuem garantias básicas para a construção e o desenvolvimento de sua cidadania, tanto em nível de Brasil como no Rio Grande do Sul. Por isso, a ideia defendida, neste texto, é de que o atual modelo de desenvolvimento adotado pelo país é insustentável, pois traz consequências danosas para a juventude brasileira. Os dados utilizados são das seguintes fontes: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) Educação 2017; Resultados Preliminares do Censo Agropecuário 2017; Sistema de Monitoramento dos Planos de Educação (o TC Educa); e o ATLAS da Violência 2018.

DESENVOLVIMENTO:

É, no mínimo, preocupante a realidade vivenciada pela juventude brasileira nesse momento conjuntural, como comprovam as linhas a seguir.

A primeira constatação vem da PNAD Contínua Educação 2017 (IBGE, 2018, p. 12). Seus dados revelam que, em 2017, havia, no Brasil, 48,5 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos de idade. Em relação à condição de estudo e emprego, a realidade era: 13,3%



V SEMANA DO CONHECIMENTO

**CONSTRUINDO CONHECIMENTOS
PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES**

1 A 5 DE OUTUBRO DE 2018



estavam ocupadas e estudando; 35% estavam ocupadas e não estudavam; 28,7% estudavam, mas não trabalhavam; e 23,0% não estavam ocupadas e nem estudavam. Assim, mais de 11 milhões de jovens não estudavam e nem trabalhavam no Brasil, no ano passado.

A segunda informação vem do monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE), promulgado em 2014, pela então presidenta Dilma Rousseff (Lei Federal nº 13.005). Entre as 20 metas a serem alcançadas, entre 2015 e 2024, está a de nº 3 (três): “universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento)”. O sistema TC Educa informa que o Rio Grande do Sul, em 2017, tinha: jovens de 15 a 17 anos matriculados na escola (80,18%) e no Ensino Médio (51,78%). Para amostragem aqui, apresento os dados de três grandes municípios situados na região de abrangência da UPF: Passo Fundo, população de 15 a 17 anos matriculada na escola (77,17%) e no Ensino Médio (53,01%); Erechim, população de 15 a 17 anos matriculada na escola (84,32%) e no Ensino Médio (64,11%); Carazinho, população de 15 a 17 anos matriculada na escola (80,81%) e no Ensino Médio (57,52%).

A terceira é revelada pelos resultados preliminares do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2018, p. 46, 69). Comparativamente com o Censo de 2006, os dados indicam que houve aumento da produção e da renda, bem como da utilização de tratores e de agrotóxicos nas atividades agropecuárias do país. Apesar desse crescimento, ocorreu forte êxodo rural: a população ocupada na agricultura era de 16.568.205 pessoas em 2006; em 2017, passou para 15.036.978, uma diminuição de 1.531.227 pessoas. No Rio Grande do Sul, não foi diferente: em 2006, estavam ocupadas na agricultura 1.231.825 pessoas, enquanto que, em 2017, o número baixou para 983.751. Ou seja, 248.074 pessoas a menos. Além disso, no estado, de um lado, cresceu a população rural acima de 65 anos (de 17,5% passou para 23,1%); e, de outro, diminuiu a população jovem até 25 anos (de 1,9% para 1,2%).

E, finalmente, os dados sobre a violência no Rio Grande do Sul, medida pelo número de homicídios, conforme o ATLAS da Violência 2018 (IPEA/FBSP, 2018, p. 26-27). Entre 2006 e 2016, a taxa subiu de 18,1% para 28,6%, uma variação de 58% (nº de homicídios em 2006 = 1983; 2016 = 3.225). Em relação aos jovens (entre 15 e 29 anos), a taxa de homicídios subiu de 36% (980 homicídios em 2006), para 62,3% (1.608 homicídios em 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

É consenso que vivemos a era do conhecimento e da informação. As técnicas desenvolvidas pela humanidade são fantásticas em todas as áreas. No entanto, o Estado, a sociedade brasileira e o conjunto das instituições criadas não garantem as condições básicas necessárias para a vida dos jovens. Essa dura realidade provoca verdadeira exclusão social.



V SEMANA DO CONHECIMENTO

**CONSTRUINDO CONHECIMENTOS
PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES**

1 A 5 DE OUTUBRO DE 2018



REFERÊNCIAS

Brasil. Plano Nacional de Educação (PNE). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>.

IBGE. PNAD Contínua Educação 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/05dc6273be644304b520efd585434917.pdf>.

IBGE. Censo Agropecuário 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3093/agro_2017_resultados_preliminares.pdf>.

Ipea; FBSP. Atlas da Violência 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>.

TC Educa. Sistema de Monitoramento dos Planos de Educação. Disponível em <<https://pne.tce.mg.gov.br:8443/#/public/uf-municipio>>.

NÚMERO DA APROVAÇÃO CEP OU CEUA (para trabalhos de pesquisa):
79561417.1.0000.5342

ANEXOS